

Inspeção do Trabalho discrimina o sector da Hotelaria Restauração e Bebidas

Esta associação sindical tomou conhecimento do Plano de Actividades para 2006 da Inspeção Geral do Trabalho e não pode deixar de manifestar o seu desacordo por considerar que o sector da Hotelaria, Restauração e Bebidas foi discriminado e que por conseguinte os graves problemas sociais existentes vão aumentar.

Não se entende que havendo, como há, mais de 100 mil trabalhadores na restauração e bebidas com horários prolongados, que trabalham 60 ou 70 horas semanais e que têm apenas um dia de folga sem que as entidades patronais paguem o trabalho suplementar respectivo, a IGT discrimine o sector e dê prioridade à banca e seguradoras, sabendo-se como se sabe, que estes trabalhadores são em menor número, têm um nível de formação muito mais elevado e não trabalham directamente com o patrão, como acontece na restauração e bebidas e, por conseguinte, estão em melhores condições para exigirem o pagamento do trabalho suplementar.

Também não se entende que, havendo, como há, mais 60 000 trabalhadores (30%) ilegais e clandestinos, ou seja, não declarados à segurança social, que trabalham no sector permanentemente, alguns há mais de um ano, a IGT não dê prioridade a este sector de actividade, tanto mais que o Governo tem vindo a dizer que a sua prioridade é combater o recebimento de prestações sociais sem causa, designadamente subsídio de desemprego, e que bastaria os patrões fazerem descontos para a segurança social, como aliás estão obrigados, para não haver um único trabalhador a receber subsídio de desemprego e simultaneamente a trabalhar.

Sabendo-se, como se sabe, e é o próprio Ministério do Trabalho que o reconhece na portaria de extensão que publicou no BTE n.º 29/ 2005, que 63,51% dos trabalhadores do sector auferem retribuições inferiores à tabela salarial mínima acordada entre a associação patronal e o sindicato publicada oficialmente no BTE n.º 38/2004, não entendemos a razão porque a IGT não considerou prioritário o nosso sector.

Sabendo, como se sabe, que o sector da restauração e bebidas emprega efectivamente um grande número de trabalhadores imigrantes ilegais, estimando-se em cerca de 10.000, só brasileiros, não considere a IGT prioritário o nosso sector de actividade.

Sabendo, como se sabe, que cerca de 90% dos trabalhadores do sector não beneficiam dos serviços obrigatórios de medicina no trabalho, não se entende que a IGT não considere prioritário o nosso sector de actividade.

Por outro lado, atendendo ao facto de que a IGT se escusa por detrás das prioridades definidas pelo senhor Inspector Geral para, em geral, não intervir no sector, ou quando intervém não ter uma acção coerciva, não responder em tempo útil às nossas denúncias, e por conseguinte deixar os trabalhadores à sua sorte, designadamente em situações de falta de ocupação efectiva.

Este sindicato não pode deixar de manifestar publicamente o seu protesto e exigir uma alteração profunda das prioridades e do modo de actuar da IGT.